

● REDACÇÃO — ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS EM LISBOA-2 — RUA DE «O SECULO», 41 A 63 ● TELEFONES — 36 27 51 A 36 27 55 ● TELEGRAMAS — SECULO-LISBOA ● TELEX — 12372-SECULO-LISBOA

# O SECULO

Director — Manuel Figueira

QUINTA-FEIRA  
25 DE ABRIL DE 1974  
ANO 94.º — N.º 33 050 — Preço 2550  
Propriedade da SOCIEDADE NACIONAL DE TIPOGRAFIA, S. A. R. L.

## 5.ª edição — às 22 e 30

# CONCRETIZADA A QUEDA DO GOVERNO — ANUNCIA O MOVIMENTO MILITAR

### • «Rendição incondicional do prof. Marcello Caetano ao general António de Spínola» • «O almirante Américo Thomaz e alguns ex-ministros do Governo encontram-se refugiados em dois aquartelamentos que estão cercados pelas nossas tropas e cuja rendição se aguarda para breve»

Quinze horas depois de iniciado, o Movimento das Forças Armadas considerava-se, esta noite, vitorioso, anunciando, em mais um comunicado radiodifundido, que o prof. Marcello Caetano apresentou a sua «rendição incondicional» ao general António de Spínola, que tomou o comando da situação, pondo, assim, termo a mais de 48 anos do regime nascido do golpe de 28 de Maio de 1926.

Entretanto, assinalava-se tiroteio junto da Direcção-Geral de Segurança, à Rua António Maria Cardoso, havendo a lamentar, pelo menos, quatro mortos e cinco feridos, em consequência de tiros disparados por elementos da D. G. S.

Segundo o comunicado difundido cerca das 19 e 43, o ex-presidente do Conselho e os ex-ministros dos Negócios Estrangeiros e do Interior «encontram-se sob custódia do Movimento», enquanto o almirante Américo Thomaz e alguns ex-ministros se refugiaram «em dois aquartelamentos que estão cercados pelas nossas tropas e cuja rendição se aguarda para breve».

Em diversos pontos da capital, a vitória do Movimento Militar dava ensejo a manifestações entusiásticas da população.

Uma enorme multidão de muitos milhares de pessoas concentrou-se no Largo do Carmo, a fim de vitoriar o general António de Spínola. A chegada do general ao quartel da G. N. R., que havia algum tempo se rendera, foi dificultada pelo entusiasmo dos populares, que romperam os cordões de segurança instalados pelas Forças Armadas e caíram sobre o carro, gritando entusiásticos vivas.

A multidão tinha tomado completamente todo o largo. As ruas de acesso à praça encontravam-se pejudas de gente e ninguém conseguia romper o mar humano.

Populares escalarão as árvores, postes eléctricos, varandas. Alguns faziam perigosos equilíbrios nos telhados. Um grande grupo, postado no tecto de uma viatura militar, fez, com o peso excessivo, abater o tejadilho.

Entretanto, numa das janelas do Quartel do Carmo, o capitão Salgueiro da Maia, com um magnetofone, exortava os manifestantes a abandonar a praça, a fim de que as tropas pudessem concluir as suas operações: transferência do exterior Presidente do Conselho e dos ex-ministros que o acompanhavam. A multidão, porém, exigia que lhe fosse entregue o prof. Marcello Caetano.

O capitão Maia, fazendo grandes esforços para ser escutado, insistiu: «Senhores, estamos aqui em nome da Liberdade. E em nome da Liberdade

que não faremos justiça por nossas próprias mãos. As pessoas por que esperam devem abandonar este local em inteira segurança, a fim de serem julgadas.»

A multidão, porém, mantendo os vivos entusiásticos ao general Spínola, à Liberdade e gri-

O dr. Sousa Tavares tentou demover os manifestantes: «Acabou um regime que conhecemos muito bem. Acabaram os assassinos miseráveis da P. I. D. E. Mas agora temos de cumprir a nossa obrigação para com as Forças Armadas que nos liber-

las do quartel, que tal não poderia acontecer, pois tinham sido reforçados dois elementos da D. C. S. entre os populares e que se não podia, em vista das más condições de segurança, expor o chefe do Movimento à possibilidade de um atentado.

Entretanto, alguém pediu: «Deixem sair daqui as sombras dos homens que nos têm oprimido.» Mas mesmo sabendo que esses homens já não eram senão som-

nada — afirmava um dos atradores da Escola Prática de Cavalaria que tomará parte no assalto ao quartel do Carmo. Nos rostos de todos os militares via-se a fadiga. Mas também uma grande alegria. As ovações da multidão encontravam em todos sinais de orgulho.

As operações de libertação de uma certa área junto da porta de armas do quartel foram desovindadas, de resto, com grande facto, a fim de não magoar os manifestantes. Os militares procediam mesmo com cortesia. Entre populares e membros das Forças Armadas trocavam-se abraços.

Entretanto, alguém pediu: «Deixem sair daqui as sombras dos homens que nos têm oprimido.» Mas mesmo sabendo que esses homens já não eram senão som-

-Geral da G. N. R., que dera guarida ao prof. Marcello Caetano e a outros membros do Governo —, bem como nas artérias vizinhas a situação apresentava-se tensa e algo confusa. Uma coisa, porém, era clara: uma força do Movimento das Forças Armadas, composta por elementos de Infantaria 1 (Amadora) e da Escola Prática de Cavalaria (Santarém), tentava desalojar os elementos da G. N. R. a cooperação, do que, na altura, era tido, pelos oficiais do Movimento, como o último e mais persistente foco de resistência. Naturalmente que a presença do Presidente do Conselho no quartel encorajou a atitude do respectivo comandante.

As forças do Movimento ocupavam posições estratégicas em edifícios, estabelecimentos, sob veículos militares e em portais de todas as ruas que dão acesso àquele largo, nomeadamente a Rua da Trindade, Travessa do Carmo, Calçada do Carmo e Largo Rafael Bordalo Pinheiro. Entretanto, no Largo Luís de Camões, encontrava-se um numeroso contingente de forças da G. N. R., o mesmo acontecendo junto do Teatro da Trindade e noutras ruas que conduzem ao Largo do Carmo. De certo modo, o destacamento do Movimento estava emparedado, mas as suas principais atenções concentravam-se no quartel, uma vez que da reac-

ção do seu comandante dependeria o comportamento dos restantes forças da G. N. R. E assim viria a acontecer.

As 15 e 8, os oficiais

25, instando os resistentes a renderem-se no prazo de dez minutos. Este ultimato foi apresentado por um coronel do Movimento que en-



O general António de Spínola, que recebeu a rendição do ex-presidente do Conselho

do Movimento entregaram um ultimato à G. N. R., para o qual não obtiveram resposta pronta. Fizeram, então, um segundo, cerca das 15 e

trou no quartel a troca de um tenente da Guarda Nacional Republicana. Como o ultimato não (Continua na pág. seguinte)



Na área do Chiado e Camões, civis e militares compartilharam ao mesmo entusiasmo. Na foto, um bando de jovens ocupa um velho blindado, ao lado do soldado que se vê na torre

tando estribilhos como «Abaixo a Guerra Colonial» e «Liberdade para os presos políticos», engrossava de momento para momento. O capitão Salgueiro da Maia pediu, então, ao dr. Sousa Tavares, conhecido advogado da Oposição Democrática, candidato a deputado nas eleições de 1969, pela C. E. U. D., que se dirigisse à multidão.

taram. Estes homens não dormem nem comem há 18 horas. Querem terminar as suas operações. Devemos ajudá-los nesse propósito.» Apesar dos esforços do dr. Sousa Tavares, frequentemente interrompido pelos populares, ninguém arredou pé. Foi explicado aos manifestantes, que exigiam a presença do general Spínola numa das jane-

«Terei muitas alturas de vitoriar o nosso general!» — afirmou o capitão Maia. Fiambre, presunto, queijo, pão. Não se sabia de onde vinha. Populares, levantando os generos acima das cabeças, para abrir passagem entre a multidão, depositavam-nos no chão, aos pés dos militares. «Há quase vinte horas que não comemos

bras, ninguém estava disposto a sair. «Espero por esta oportunidade há cinquenta anos — disse um ancião. — Não me vou embora sem ver as caras deles. Quero ver que sentem vergonha.»

O último reduto Por volta das 15 horas, a situação no Largo do Carmo — onde se encontra o Comando-

## Proclamação do Movimento das Forças Armadas

As 20 e 30, através do Rádio Clube Português, foi lida a seguinte proclamação do comando do Movimento das Forças Armadas:

«Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos;

«considerando o crescente clima de total afastamento dos Portugueses em relação às responsabilidades políticas que lhes cabem como cidadãos, em crescente desenvolvimento de uma tutela de que resulta constante apelo a deveres com paralela degeneração de direitos;

«considerando a necessidade de sanear as instituições, eliminando do nosso sistema de vida todas as ilegalidades que o abuso do poder tem vindo a legalizar;

«considerando finalmente que o dever das Forças Armadas é a defesa do País, como tal se entendendo também a liberdade cívica dos seus cidadãos;

«o Movimento das Forças Armadas, que acaba de cumprir com êxito a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa História, proclama à Nação a sua intenção de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do País e de restituição ao Povo Português das liberdades cívicas de que vem sendo privado. Para o efeito, entrega o Governo a uma Junta de Salvação Nacional a quem exige o compromisso, de acordo com as linhas gerais do Programa do Movimento das Forças Armadas que, através dos órgãos informativos, será dado a conhecer à Nação, de no mais curto prazo consentido pela necessidade de adequação das nossas estruturas, promover eleições gerais de todos os Portugueses e espera do País adeso aos poderes instituídos em seu benefício.

«Sabemos deste modo honrar, o Passado no respeito pelos compromissos assumidos perante o País e por este perante terceiros. E ficamos na plena consciência de haver cumprido o dever sagrado da restituição à Nação dos seus legítimos e legais poderes. VIVA PORTUGAL!

# O SÉCULO

Apresentado ao público em 15 de dezembro de 1880 num número-programa redigido pelo seu diretor-fundador, Magalhães Lima, O Século iniciou a publicação regular em 4 de janeiro de 1881, como diário político matutino, de propaganda republicana. Ainda em finais do século XIX, mudanças na estrutura diretiva impuseram-lhe um novo perfil, assumindo a orientação informativa que o viria a firmar como “o jornal de maior circulação em Portugal”, divisa que a partir do início da década de 1920 passa a constar do seu cabeçalho. Nacionalizado em 23 de julho de 1976, viria a ser extinto, por decisão do Conselho de Ministros, em 7 de dezembro de 1979. Em 25 de abril de 1974, era propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia (ligada ao grupo Jorge de Brito), com administração, redação, composição e impressão estabelecidas no Bairro Alto, nos n.ºs 41 a 63 da rua a que dera o nome, por edital de 18 de novembro de 1910. Mantinha o seu prestígio como referencial de qualidade informativa e autêntica escola de jornalistas. O seu diretor de então, Manuel Figueira (definido por alguns como “apoiantes do Marcelismo, mas não acrítico”), ocuparia o lugar até ser afastado, em 13 de fevereiro de 1975, e

substituído por um diretor-interino eleito em plenário de trabalhadores. Entre os seus colaboradores, encontramos nomes como Mário Zambujal, João Carreira Bom, Augusto Abelaira, Urbano Tavares Rodrigues, Adelino Tavares da Silva, Alfredo Barroso, Afonso Cautela, Roby Amorim ou Eduardo Guerra Carneiro. Surpreendida pelos primeiros ecos da Revolução perto das três da manhã de dia 25, e com a edição do dia já fechada, a redação reagiu com um número record de quatro reedições (às 5h30, 11h00, 16h30 e 22h30), nas quais foi atualizando, com honras de primeira página, a informação sobre a vertiginosa progressão do movimento. Num tom sóbrio e rigoroso, as reportagens, não assinadas e amplamente ilustradas, cobrem os acontecimentos nos pontos-chave da cidade, citam responsáveis em discurso direto, traçam perfis biográficos dos protagonistas, dão conta das réplicas no país, da expectativa nas colónias, e das reações no estrangeiro. Num “primeiro e apressado balanço” feito no editorial de dia 26 de abril, registam-se o “comportamento exemplar dos militares” e as “manifestações entusiásticas da população”, mas também a apreensão face à evolução futura do processo revolucionário, apelando-se para que “as paixões se não instalem no lugar da meditação da gravidade deste momento histórico”.

João Carlos Oliveira

**PRIMEIRAS PÁGINAS DA REVOLUÇÃO**  
HEMEROOTECA MUNICIPAL DE LISBOA  
**50 ANOS DO 25 DE ABRIL**

